



CLAMOR

COMITÉ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAÍSES DO CONE SUL
ORGÃO VINCULADO A COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL
DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS

EDITORIAL

Este boletim é dedicado exclusivamente ao Seminário organizado pelo CLAMOR, que se realizou na cidade de São Paulo de 22 a 25 de fevereiro de 1985, com a participação de entidades de direitos humanos procedentes da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru.* O tema do Seminário foi o papel das entidades de Direitos Humanos na atual conjuntura política, social e econômica dos países do Cone Sul.

O encontro foi resultado de nossa preocupação em discutir, com as entidades irmãs da região, as mudanças realizadas ou anunciadas em nossos países, e as repercussões que têm sobre nosso trabalho. Por isso, optamos por fazer uma reunião com os organismos e entidades com os quais mantivemos maiores contactos e mais estreita colaboração ao longo desses anos de repressão, conscientes da importância que poderia ter tal iniciativa e com o aval de D. Paulo E. Arns.

O Seminário foi uma reunião de trabalho exaustivo, durante a qual, pensando junto, discutimos, avaliamos a nossa prática, e estabelecemos propostas que deveremos introduzir em nosso trabalho a fim de torná-lo mais eficiente.

Graças ao empenho de todos os participantes, foi possível realizar uma reflexão bastante rica a respeito da realidade atual dos nossos países, as estratégias comuns que as entidades devem adotar frente à Doutrina de Segurança Nacional, à vigência das leis repressivas, à manutenção do aparelho repressivo, à questão dos presos, torturados, mortos e desaparecidos por motivos políticos, dos exilados, à impunidade dos responsáveis pela aplicação da política repressiva, à violação sistemática dos direitos econômicos, políticos e sociais das classes populares, à corrida armamentista e à defesa da paz e da vida.

Por outro lado, foi possível igualmente identificar alguns dos principais desafios que é preciso superar:

- romper o isolamento das entidades de direitos humanos
- estabelecer um projeto comum de trabalho
- conseguir o acesso aos meios de comunicação de massa



- criar uma consciência popular em relação aos direitos humanos
- desfazer, através de uma prática firme e consequente, a acusação de "revanchistas" e "desestabilizadores", com a qual se tenta paralisar nosso trabalho.

As conclusões do Seminário, apresentadas e reunidas em sessão plenária, foram totalmente apoiadas por D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, que, em sua intervenção ante os participantes, ressaltou sobretudo sua aprovação à nossa preocupação de criar uma cultura dos direitos humanos, de levar o trabalho pelos direitos humanos às crianças, jovens, às escolas, bairros, comunidades. Ressaltou também a necessidade de que todos se inteirem do que se passou em nossos países, conheçam a história dos últimos anos, das ditaduras que se abateram sobre nossos povos, para que, no futuro, não se repitam situações semelhantes. "Deve-se publicar tudo o que passou, termos programas escolares de direitos humanos fundamentais. Se não, nós, da América Latina, vamos de uma ditadura a outra, e cada geração, menos de uma geração, se esquece do que aconteceu..."

Ao divulgar o relatório do Seminário, a equipe CLAMOR aproveita a oportunidade para agradecer a participação de todas as entidades e para manifestar a certeza de que a fraternidade vivida nesses dias do Seminário em São Paulo realimentará a esperança de uma sociedade nova, justa e fraterna para a América Latina.

CLAMOR

*Entidades presentes ao Seminário sobre o Papel das Entidades de Direitos Humanos na Atual Conjuntura Política, Social e Econômica dos Países do Cone Sul - São Paulo - 22 a 25 de fevereiro de 1985

- ARGENTINA** - Asociación Abuelas de Plaza de Mayo
Asociación Madres de Plaza de Mayo
Asamblea Permanente por los Derechos Humanos
Comisión de Familiares de Detenidos Desaparecidos y Presos por Razones Políticas
Liga Argentina por los Derechos del Hombre
Movimiento Ecumenico por los Derechos Humanos
Servicio Paz y Justicia
- CHILE** - Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos
Fundación de Ayuda Social de Iglesias Cristianas-FASIC
Servicio Paz y Justicia
Vicaria de la Solidaridad
- URUGUAI** - Comisión Paz y Bien
Familiares de uruguayos desaparecidos en Argentina
Servicio Paz y Justicia
- PARAGUAI** - Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia
Comisión Permanente de Familiares de Desaparecidos y Asesinados

BOLIVIA - Asamblea Permanente de Derechos Humanos de Bolivia

PERU - Vivir

BRASIL - Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul -CLAMOR
Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina -CBS
Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo-CJP
Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo - CADH
Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre

OUTRAS ENTIDADES

- FEDEFAM**- Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos
- SIJAU** - Secretariat International des Juristes pour l'Amnistie au Uruguay
- AALA** - Asociación de Abogados Latinoamericanos

PERSONALIDADES

- D. Paulo Evaristo Arns - cardeal-arcebispo de São Paulo
- Belela Herrera - ACNUR Buenos Aires

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

- dia 22/2/85: Abertura dos trabalhos.
Confraternização.
- dia 23/2/85: Grupos de trabalho para análise da situação econômica, social e política dos países do Cone Sul, seguidos de reunião plenária.
Filme sobre Lei de Segurança Nacional .
- dia 24/2/85: Liturgia.
Grupos de trabalho para análise do papel das entidades de Direitos Humanos e desafios a serem superados na atual conjuntura, seguidos de plenária.
- dia 25/2/85: Sessão plenária para conclusões do Seminário.
Encerramento.



SITUAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DOS PAÍSES DO CONE SUL

A situação econômica dos países do Cone Sul se assemelha muito em seus aspectos fundamentais e traduz um modelo de economia capitalista dependente, que se encontra em crise e cujas conseqüências sociais são catastróficas.

A dependência econômica fica evidenciada na crescente e exorbitante dívida externa de cada país e na submissão incondicional às exigências do Fundo Monetário Internacional -FMI. Este fato objetivo condiciona qualquer medida de ordem política ou social.

A política econômica implementada pelos governos militares do Cone Sul a partir da década de 60 foi marcadamente anti-popular e seus efeitos desastrosos tardarão muito a ser eliminados, mesmo que haja, por parte de novos governos eleitos democraticamente, firme empenho em mudar o rumo dessa política. Entre esses efeitos desastrosos, podemos assinalar: a) uma deterioração gradual do nível de vida dos trabalhadores; b) aumento assustador do desemprego e do sub-emprego; c) desnacionalização da economia, presença ostensiva das empresas transnacionais que impõem a necessidade de orientar a produção econômica segundo seus interesses; d) estratégia econômica voltada para o mercado externo, não para atender às necessidades internas; e) corrupção do aparelho de estado, problema que afeta a estrutura econômica e política de nossos países, unido ao do contrabando e tráfico de drogas.

Em vista dessa orientação funesta da política econômica, a situação social em nossos países torna-se cada vez mais dramática. O que se vê por toda parte é fome, desemprego, marginalização social, deterioração crescente dos níveis de vida de um povo que não tem direito algum, que não tem condições de usufruir dos bens por ele próprio produzidos. O rebaixamento dos níveis de vida também se observa em amplos setores das camadas médias, algumas tendendo mesmo à proletarianização.

Quanto aos serviços públicos, tais como hospitais, escolas, transporte, lazer e outros, o que se registra é uma crescente redução tanto de sua quantidade como de sua qualidade. Os salários vão sendo cada dia mais insuficientes para atender às necessidades básicas do trabalhador e sua família. Violam-se, desta forma, e cotidianamente, os direitos sociais e econômicos das classes populares. E contra elas igualmente que atua com maior rigor e impunidade a repressão policial, na tarefa de tentar dizimar os focos de delinquência e criminalidade que a calamitosa situação social faz proliferar em nossas cidades.

O povo se organiza para conseguir melhorias no bairro, na fã -

brica, no campo, mas sofre dura repressão do aparelho de estado a serviço das classes dominantes.

A situação econômica, que traz como conseqüência, como vimos, a deterioração constante dos níveis de vida das classes populares, também repercute na organização política dos nossos países. É fator que obstaculiza os melhores e mais bem intencionados planos dos governos de transição recém instalados na Argentina, no Brasil e no Uruguai, bem como na Bolívia e Peru, países que já percorrem os caminhos da transição democrática há mais tempo. Essas dificuldades econômicas somam-se naturalmente às limitações políticas, uma vez que esses governos são resultado de acordos expressos ou tácitos de setores moderados da oposição e setores aberturistas dos antigos regimes militares, acordos esses que se baseiam na intocabilidade de certos interesses, bem como na manutenção do aparelho e legislação repressivos.

A crise econômica, por outro lado, torna mais difícil a permanência de ditaduras tão antigas, como a de Stroessner, no Paraguai, ou mais recentes, como a de Pinochet, no Chile, esta principalmente em estado de crescente desgaste, e recrudescendo a repressão política, num desesperado intento de manter-se no poder. No Paraguai e no Chile, países ainda sob ditaduras fechadas, existem aspirações de mudanças e articulam-se, em diferentes graus e estágios, tentativas para forçar uma abertura. Na Bolívia e no Peru, também se trabalha para consolidar uma democracia formal que se encontra ainda longe de atender às expectativas do povo trabalhador.

A análise da situação política no Cone Sul da América Latina demonstra que, mesmo nos países onde se procede a uma transição democrática com pleno apoio popular, permanece vigente a Doutrina de Segurança Nacional e os aparelhos de repressão política não foram desmantelados, o que demonstra que nesses processos, não se observa qualquer mudança na estrutura e natureza do Estado, que continua a serviço das elites.

No novo discurso oficial, fala-se em olhar o futuro e esquecer o passado em nome da reconciliação nacional. E quem insiste em que sejam submetidos à Justiça os autores dos abusos e crimes cometidos pelos regimes militares é acusado de revanchista, de estorvo ao processo de redemocratização. Nesse contexto, a questão dos mortos e desaparecidos continua sem resposta ou com resposta insuficiente, e não se avança nesse campo devido a acordos tácitos entre os novos governantes e as forças militares que foram responsáveis pelas atrocidades.



DESAFIOS ÀS ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS

Necessidade de se enraizarem no movimento popular

As entidades de Ds.Hs., surgidas na luta contra as ditaduras que se abateram sobre o Cone Sul da América Latina nos últimos 20 anos, ao refletirem sobre sua inserção na atual conjuntura dos nossos países, encaram, como principal desafio a ser vencido para que seu trabalho se torne mais efetivo, a necessidade de se enraizarem no povo, no movimento popular, de tal forma que cada cidadão seja educado para ser ele próprio o primeiro defensor de seus direitos de ser humano em sua casa, no bairro, em sua cidade e no seu país.

Será preciso, para tanto, que rompamos os moldes antigos de atuação, fundamentalmente ao nível das superestruturas, e nos reorganizemos internamente para podermos levar nossas propostas também até o povo, em suas organizações políticas, partidárias e sindicais; com ele discutirmos essas propostas e com ele trabalharmos estreitamente para fortalecer a consciência dos direitos humanos em cada cidadão humilde de nossas periferias, em cada criança que cresce nos bairros mais pobres de nossas cidades, nos campos, em toda parte, para que nunca mais nossos povos sofram as atrocidades que lhes tocou viver nos últimos anos.

Tendo suprido o papel que os partidos e instituições, golpeados pelas ditaduras, não puderam exercer nesse momento histórico, as entidades de Ds.Hs., que não são partidárias nem pretendem sê-lo, nem estão chamadas, portanto, a serem alternativas de poder, expressam, no entanto, reivindicações políticas concretas, sendo organismos de caráter ético-social e político, com plena competência no conjunto dos problemas que afetam a sociedade.

No entanto, ao se substituírem as ditaduras pelos governos de transição, a unidade alcançada anteriormente por sobre as diferenças políticas e ideológicas de certa forma se fragmenta, se dispersam as forças antes coesas, e ocorre um fenômeno peculiar: o trabalho das entidades de Ds. Hs., que era visto como um serviço à causa popular e democrática, é considerado agora como uma atividade possivelmente "desestabilizadora" e até "revanchista". Cria-se, desta maneira, um certo isolamento das nossas entidades. E, para vencer esse isolamento, que os meios de comunicação de massa só acentuam, omitindo e deturpando os fatos de violação dos direitos humanos, é preciso que nossas entidades promovam uma presença maior no movimento social e popular, nos organismos sindicais, bem como a presença de agentes de Ds.Hs. nas bases populares. É indispensável que se estendam pontes entre as nossas entidades e os partidos políticos; que se troquem informações, que se alente a formação de comissões de direitos humanos nos partidos políticos.

Ne cessidade de se defenderem também os direitos econômicos e sociais

A preocupação em não considerar direitos humanos somente os direitos políticos dos cidadãos, mas também seus direitos sociais e econômicos, amplia a atuação de nossas entidades, tanto ao nível da superestrutura, influenciando a ação das instituições de governo, especialmente o Parlamento, como ao nível de base, promovendo e apoiando organizações sociais, cooperativas, sindicais, buscando uma melhor inserção no movimento popular, adequando a linguagem e pensando novas formas de mobilização.

Papel das entidades: investigar, denunciar, lutar, educar

Como entidades transformadoras da realidade, devem não só denunciar as violações dos Ds.Hs. a todos os níveis, como trabalhar ativamente contra essas violações, começando pela educação para os Ds.Hs., que supere o esquema puramente jurisdicista para se basear nos valores reais dos direitos humanos. Devem trabalhar no esclarecimento e conscientização do povo sobre os seus direitos e sobre a necessidade de lutar em sua defesa, não deixando que sejam desrespeitados e violados impunemente.

Devem nossas entidades resgatar, incentivar a solidariedade mútua dentro das comunidades, solidariedade esta abalada por tantos anos de autoritarismo e repressão, durante os quais se acentuou o individualismo, a delação, a desconfiança.

Devem também investigar, denunciar e lutar contra a Doutrina de Segurança Nacional e suas manifestações concretas: a legislação repressiva, os aparelhos repressivos, a impunidade de seus agentes, a corrupção, a tortura.

Para combater as leis repressivas, devem recorrer a estratégias parlamentares, à desobediência civil; devem lutar para que sejam ditas as normas para a reincorporação dos sancionados por motivos políticos; para que sejam julgados e castigados os torturadores; para que os delitos de tortura e assassinato político sejam considerados imprescritíveis e, nesses casos, se adote a extraterritorialidade; que seja concedida reparação jurídica e material às vítimas da repressão e seus familiares.

Devem nossas entidades praticar a solidariedade ativa com os perseguidos políticos, sem discriminação alguma, a nível nacional e internacional. Devem incentivar a solidariedade internacional com os povos irmãos. Coordenar denúncias sobre armamentismo com entidades da América Latina e do norte, com a Europa, propiciando uma permanente troca de informações sobre venda e empréstimos de armamentos, assis-



tência técnica, manobras militares, tratados, etc..

Devem denunciar, da forma mais ampla e acessível ao povo, o capitalismo, a desnacionalização de nossas economias, a dívida externa exorbitante, a necessidade de se alcançar a independência e a autodeterminação dos nossos povos.

Inseridas no movimento popular, devem expressar suas reivindicações, apoiando-as. Devem atuar na luta contra a violência policial, na luta pelo direito à terra, à moradia, à saúde, à alimentação, ao emprego. Devem, também, apoiar a luta pelas liberdades políticas e sindicais, pela abolição das leis de exceção, pela instauração de um parlamento efetivamente democrático, etc..

Estreitar vínculos com entidades irmãs e afins

Nosso Seminário frisou, como medida indispensável e muito importante, que nossas entidades estreitem seus vínculos mútuos e também com outras entidades de Direitos Humanos, realizando encontros regionais periódicos e mantendo um permanente intercâmbio de informações e experiências.

Nesse sentido, nossas entidades devem tentar influir, conjuntamente, sobre as convenções e tratados internacionais relacionados com os Direitos Humanos, a fim de obter a obrigatoriedade de seu cumprimento por todos os países, sejam ou não signatários.

Devem, além disso, denunciar em seus respectivos países, e de forma coordenada, a influência do imperialismo e do capitalismo transnacional, a existência de pactos internacionais prejudiciais aos nossos povos, e a corrida armamentista.

Recomendações do Seminário com relação à integração com os movimentos populares

1. Promover o intercâmbio de experiências e documentos sobre movimentos populares e suas relações com as entidades de Ds.Hs.
2. Implementar formas de trabalho com o movimento popular, de acordo com as características e especificidades de cada país.
3. Popularizar os textos sobre Direitos Humanos já existentes.
4. Intensificar a utilização de todos os meios de comunicação, especialmente os meios de comunicação alternativos.

PROPOSTAS DO SEMINARIO

Educação para os direitos humanos

1. Elaborar, em linguagem popular, um material específico, em especial uma cartilha sobre a história das entidades e organismos de Direitos Humanos, o conteúdo dos Direitos Humanos e a perspectiva atual da defesa dos Direitos Humanos.

2. Criar material didático contra a Doutrina de Segurança Nacional, com audiovisual, cartilhas, etc..

3. Elaborar material sobre Direitos Humanos para inserção no sistema educacional de cada país. Implementar mecanismos de informação sobre esta matéria destinados aos professores.

4. Metodologia educacional sobre Direitos Humanos com perspectiva à educação libertadora, inserida dentro da educação formal, levando em conta a experiência chilena e argentina.

Inserção no movimento popular

5. Criar grupos de Direitos Humanos dentro dos partidos políticos, sindicatos, igrejas, movimentos populares e demais organizações políticas e sindicais.

6. Integrar militantes partidários, sindicais, parlamentares, agentes pastorais e representantes das demais organizações sociais e políticas nos organismos de direitos humanos.

Jornadas e campanhas

7. 31 de março: Dia de luta contra a Doutrina de Segurança Nacional.
- 4 de maio: Jornada pelo respeito aos Direitos Humanos no Paraguai e em favor da instauração da democracia no país.
- 19 de julho: pela auto-determinação do povo da Nicarágua
- 11 de setembro: Dia de Solidariedade com o povo do Chile
- 10 de outubro: Dia de solidariedade com o povo de El Salvador e de apoio à sua luta de libertação.

Incrementar a luta pela garantia do avanço do processo de democratização no Uruguai, Brasil, Argentina, Bolívia e Peru.



8. Campanha sobre a dívida externa, com consigna comum a todos os países, referente ao não pagamento da dívida, em conjunto com as organizações políticas e populares de cada país. Participar do 1º de Maio com esta consigna.

Criar grupos de trabalho dentro de cada entidade para tratar especificamente desta questão e intercambiar experiências.

9. Campanha para que seja aprovada a Convenção considerando o desaparecimento forçado de pessoas como crime de lesa-humanidade. Tipificar internamente o delito de desaparecimento forçado de pessoas.

10. Campanha para que se considere obrigatório o respeito aos tratados, convenções e protocolos internacionais sobre Direitos Humanos aprovados pelos organismos internacionais.

11. Intensificar campanha pelo julgamento, castigo e responsabilização dos executores de crimes de lesa-humanidade.

Comissões e grupos de trabalho

12. Formar grupo de trabalho para levantar a estrutura do aparelho de repressão do Estado, as leis repressivas e a corrupção em cada país, inclusive questões relativas ao armamentismo. Vincular esta proposta às questões levantadas no ponto 10.

Formar uma comissão de enlace composta pelo CLAMOR, AALA e pelo SERPAJ(Argentina) para intercâmbio dos levantamentos feitos e organização da próxima reunião desse grupo de trabalho.

13. Incentivar e criar comissões de Direitos Humanos que possam ir a países investigar e verificar "in loco" a situação dos Direitos Humanos, tendo como primeira iniciativa uma ida ao Paraguai no prazo de dois meses, coordenada pelo CLAMOR.

Anualidade da reunião

14. Anualidade da reunião. Proposta indicativa: nova reunião em julho de 1986 na Bolívia .

MENSAGENS DE ADESAO E APOIO AO SEMINARIO

A equipe CLAMOR agradece às entidades que, impossibilitadas de enviarem representantes ao Seminário, fizeram presente o seu apoio e entusiasmo pela iniciativa, através de telegramas e cartas.

Anistia Internacional: " desejan-do-lhes todo êxito ao Seminário e aos contínuos esforços que realizam na promoção dos direitos humanos". Assina o secretário-geral Thomas Hammarberg
Londres

Comisión Chilena de Derechos Humanos: "deseamos que el Seminario se realice en un clima de verdadera fraternidad y seriedad para asi obtener los mejores resultados". Assina o presidente Jaime Castillo Velasco
Santiago

Comisión Episcopal de Acción Social- CEAS -: Les deseo a nobre de todo el equipo de la CEAS el mayor êxito en las reflexiones de estos días. Assina a Coordinadora do Serviço de Direitos Humanos Patricia T. de Valdez
Lima

Fundação Lelio Basso: "impossibilitada participar vosso Seminário, deseja sucesso e solicita envio material." Assina Linda Bimbi
Roma

Madres y Familiares de Processados por la Justicia Militar del Uruguay: "deseamos que tengais el mayor de los êxitos, tanto en el Seminario como en vuestra importante labor". Assina Adrian Manera
Montevideu

Também nos enviaram mensagens de apoio a

Asociación del personal de los Organismos de Previsión Social, de Buenos Aires
"Atento a la importancia que en nuestros países adquiere esta problemática, es que apoyamos vuestra iniciativa y les deseamos êxito, en la seguridad de que el Seminario producirá importantes conclusiones que se podrán luego aplicar en nuestras sociedades y asi hacerlas más justas y solidarias." Assina Jorge Osvaldo Soria, secretario-geral.

Conselho Paulista de Defesa da Paz, de São Paulo, Brasil: "Apoio encontro latino americano pelos direitos humanos causa ligada nosso objetivo maior paz mundial". Fued Saad -secretário geral

Washington Office on Latin America: "Quiero mandarles nuestros mejores deseos para su conferencia que se realiza en ese mes." Gail Lehman - Associate





CLAMOR

Av. Higienópolis, 890 - CEP 01238 - São Paulo - Brasil

abril 1985

nº 17

IMPRESSO

